



*GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura*

**Plano – Intervenção Final
2003/12/11 – José Decq Mota**

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Acompanhámos a apresentação das propostas do Governo sobre o Plano e Orçamento para 2004. Participámos com normalidade nas audições feitas em Comissão aos membros do Governo. Discutimos e analisámos internamente essas propostas. Tomámos conhecimento de pareceres e ouvimos parceiros sociais. Utilizámos todo o tempo regimental para, em Plenário, levantarmos as questões que nos pareceram mais importantes.

Penso, numa palavra, que o Grupo Parlamentar do PCP cumpriu com a sua obrigação e funções parlamentares em relação a esta que é a discussão central anual deste Parlamento.

Estamos agora a terminar o debate e temos que dizer que as argumentações usadas pelo Governo não nos fizeram alterar nem a análise, nem as preocupações que temos a propósito destas propostas e das políticas económicas e sociais que vêm sendo realizadas na presente legislatura pelo Governo e pela maioria absoluta do PS.

O presente debate foi muito marcado pela discussão do que se propôs e não se fez no presente e no passado.

Se é certo que essas questões têm interesse óbvio, nomeadamente para demonstrar que o Plano é historicamente, muito mais usado como instrumento de propaganda do que como instrumento de planeamento, também é certo que o debate foi pobre no que toca às nossas necessidades de futuro.

Para o PCP/Açores, este Arquipélago que é uma Região Autónoma Portuguesa e que é uma Região Ultraperiférica da União Europeia, tem o direito a ter uma economia regional construída a partir do aproveitamento das nossas capacidades e potencialidades existentes e reforçada com outras e novas capacidades e actividades económicas.

Só com um modelo assim construído poderemos convergir, poderemos enfrentar os custos da insularidade, poderemos criar um futuro melhor e seguro para os nossos filhos.

Os Açores de hoje, tem, infelizmente uma fortíssima semelhança com os Açores de há 7 anos, e que reside no facto de agora como há 7 anos, não estarmos a crescer com o ritmo suficiente para criar a convergência a que temos direito, quer com o espaço nacional, quer com o espaço comunitário.

Todas as evoluções verificadas e certamente que muitas houve, são insuficientes e precárias enquanto não entrarmos num verdadeiro e actualizado processo de desenvolvimento.

É para o PCP/Açores de lamentar que tal tema não tenha sido verdadeiramente discutido nestes dias.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Por muito que seja dito o contrário, o certo, certo é que as consequências da recessão económica que se vive no País em virtude da política de Barroso/Portas estão já a chegar à Região e alguns dos indicadores irão, nos próximos meses, mostrar isso mesmo.

Isto acontece, embora com o amortecimento inicial que alguns mecanismos regionais permitem, porque é inevitável que aconteça, desde logo na profunda ligação que há entre a quebra de poder de compra e a quebra nos consumos.

Os reflexos da política nacional também se farão sentir, como já foi aqui dito, na redução da capacidade de investimento público regional e das autarquias.

É a partir desta reflexão que tiramos a primeira das conclusões que queremos registar e que diz respeito ao facto da política nacional do PSD/PP, por ser centralista e por visar modificações estruturais muitíssimo negativas no País, afecta e prejudica gravemente o desenvolvimento regional.

A segunda conclusão que tiramos de todo o trabalho feito é que as presentes propostas, tal como muitas outras feitas ao longo dos anos, quer por este Governo, quer por outros Governos, constituem uma resposta claramente insuficiente se enquadrada numa perspectiva de obtenção de um crescimento que seja convergente.

A terceira conclusão que tem que ser registada refere-se ao facto de ser absolutamente óbvio que o Plano foi concebido como parte de uma política muito imediatista e muito virada para a própria conservação no poder. Fazem-se inúmeras promessas que, desde logo se sabe, são feitas porque estamos em ano eleitoral.

A quarta conclusão diz respeito ao facto de a presente proposta de Plano contar 41% de verbas não desagregadas, não sendo válidas as justificações dadas pelo Sub-Secretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus,

pois as áreas por ele referidas existiram sempre nesta Legislatura e as verbas não desagregadas em 2001 representavam 21%.

Esta sempre crescente não desagregação corresponde a um também sempre crescente reforço do estilo arbitrário e centralizado de realizar o investimento.

A quinta conclusão, ligada aliás à anterior, tem muito a ver com a falta de vontade, absolutamente demonstrada pela prática e pelas opções, em não promover as condições essenciais a um desenvolvimento harmónico de toda a Região.

A sexta conclusão refere-se à decisão de privatizar a EDA, S A, que consideramos ser um dos mais sérios erros do actual Governo Regional.

A sétima conclusão prende-se com o facto de haver um investimento crescentemente insuficiente face às necessidades das áreas sociais, carência essa directamente ligada a uma concepção orçamental herdada do PSD e que encara o orçamento público, prioritariamente, como financiador de faixas da iniciativa privada.

A oitava conclusão é a de que este Plano não é um instrumento que assuma claramente a defesa das nossas produções e indústrias fundamentais, a par da defesa do crescimento de outros sectores.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Registadas estas que são as conclusões principais do Grupo Parlamentar do PCP tem que ser dito que nós, legitimamente, defendemos sérias mudanças de política para a nossa Região Autónoma.

Não sendo o momento de explicar essa nossa visão é contudo o momento de dizer que é urgente que o crescimento convergente deixe de ser uma miragem, propalada pelos governos desde 1984, mas sempre substituída por políticas e práticas quase todas elas imediatistas e como tal incapazes de criar um modelo de desenvolvimento adequado.

É tempo de sublinhar ser de fundamental importância que a Região e o País trabalhem para a valorização do Estatuto da Ultraperiferia, instrumento essencial para que, no quadro comunitário, a convergência seja viabilizada.

É tempo de dizer e de exigir que o relacionamento institucional entre o Governo da República e os Governos Regionais não só deixe de ser feito com conflitualidade como, principalmente, deixe de estar marcado por instrumentalizações partidárias.

É tempo de dizer com toda a clareza, que uma eventual maioria absoluta futura do conjunto PSD/PP seria o mesmo que instalar um quadro político regional de submissão ao centralismo histórico e presente da direita nacional no poder.

É tempo de dizer, também com toda a clareza, que a Região nada ganha com a existência de qualquer Governo regional assente numa maioria absoluta.

É tempo de dizer que só um quadro político mais plural, pode reequilibrar as políticas, torná-las mais adequadas às especificidades e mais aptas a encontrar as respostas necessárias.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do PCP não apresentará propostas de alteração na especialidade, por considerar que neste contexto, elas não podem ser um

contributo, uma vez que o Governo, em geral, não cumpriu as mais significativas propostas do PCP que foram apresentadas e aprovadas nesta legislatura.

O Grupo Parlamentar do PCP votará na generalidade e na globalidade contra esta propostas e na especialidade ajuizará da validade relativa de cada programa.

O Grupo Parlamentar do PCP fez tudo o que estava ao seu alcance, para, ao longo desta legislatura, contribuir para o equilíbrio das Propostas de Plano e Orçamento. Estas propostas que são as últimas da legislatura são a síntese de uma política com a qual globalmente não concordamos porque tem erros e insuficiências muito sérias.

Disse